

EDUCAÇÃO DIGITAL EM TEMPOS DE *STREAMING*: UM OLHAR SOBRE O ACESSO À LEITURA LITERÁRIA NAS AULAS DE LÍNGUA PORTUGUESA

Nadja Silva Brasil Santos¹

Resumo: A proposta deste trabalho é apresentar uma pesquisa de doutorado em andamento, a qual propõe investigar como a educação digital, em tempos de *streaming*, promove o acesso à aprendizagem da leitura literária nas aulas de Língua Portuguesa da educação pública. Objetiva-se verificar quais as experiências que os alunos têm no processo de leitura literária a partir do uso das tecnologias digitais, com vistas a refletir se as condições de acesso a essas tecnologias favorecem ou alargam as desigualdades sociais no tocante à leitura literária no ambiente escolar. Isto posto, buscar-se-á, ainda, examinar as possibilidades de uso das tecnologias digitais como ferramenta no ensino e aprendizagem da leitura literária, considerando as experiências que os alunos têm no processo de leitura a partir da educação digital. Em vista disso, discute-se sobre a aproximação da Língua Portuguesa e da leitura literária a partir desse universo contemporâneo digital no qual professores e alunos estão imersos, conferindo à escola a urgência em renovar seus métodos e técnicas. O aporte teórico baseia-se em estudiosos como Mercado (2002), Nonato (2006), Moran (2011, 2015) e Lévy (1999), relevantes no diálogo sobre a educação digital; Cruz (2012), Zilberman (2009) e Cosson (2012) essenciais no debate sobre o ensino e aprendizagem da Leitura Literária; além de Cândido (2011) e Freire (2011, 1989) imprescindíveis na discussão da educação e da literatura como direito básico do ser humano. Na perspectiva da crítica cultural, tem-se Boaventura Santos (2021), Luís

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural, Universidade do Estado da Bahia (UNEB), dentro da linha de Pesquisa Letramento, Identidades e Formação de Educadores, sob a orientação da professora Dra. Maria de Fátima Berenice da Cruz. Endereço eletrônico: brasil.nadja2@gmail.com.

Molina (2020), Mignolo (2003) e documentos oficiais que instruem sobre o uso das tecnologias digitais na educação. A pesquisa assume natureza qualitativa, por meio da análise de estudo de caso, utilizando instrumentos como estudo de campo, questionário, entrevista e formulário. Dentro da investigação qualitativa, optou-se pela pesquisa-ação, por entender o conhecimento e a compreensão como parte da prática. Espera-se, portanto, contribuir com o debate sobre a nova concepção de ensino e aprendizagem da leitura literária nas aulas de Língua Portuguesa a partir educação digital.

Palavras-Chave: Educação digital. Leitura literária. Língua Portuguesa.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, com o advento dos modernos cenários tecnológicos, a construção do conhecimento passou por inúmeras inovações, instaurando transformações nas mais variadas dinâmicas de atividades diárias e nas interações sociais e laborais.

A partir desse avanço, os indivíduos passaram a realizar tarefas que há pouco tempo eram complexas e trabalhosas, como trocar mensagens instantâneas ou ler notícias em tempo real. Em outras palavras, esses avanços tecnológicos têm permeado a maneira como a sociedade vem promovendo as transformações no seu cotidiano, relacionando-se com os outros, produzindo conhecimento e aprendendo.

Irrefutavelmente, a educação também passou por grandes transformações. Sendo assim, refletir sobre o cenário educacional envolto no avanço das tecnologias digitais disponibilizadas na contemporaneidade nos conduz a inquirir sobre as práticas escolares e a refletir sobre como as escolas, em especial a pública,

enfrentam as dificuldades para com o acesso e uso dessas tecnologias e como é possível torná-las ativas e legítimas no ambiente escolar.

É necessário reconhecer que a educação acontece por intermédio de díspares agentes, atingindo uma complexidade que nos incita a repensar as práticas de ensinar e aprender, não sendo mais admissível falar em separação entre o real e o virtual. Porém, torna-se salutar admitir que o uso das tecnologias digitais nesse ambiente é insuficiente para alcançar todos os propósitos associados a ele. Não questionar esse fato é perpetuar estigmas e majorar a desigualdade social.

Dessarte, compreendendo que o ambiente escolar não pode estar alheio às transformações que se vivencia na contemporaneidade, uma vez que as tecnologias digitais perpassam por diferentes tarefas sociais, é imprescindível, também, que se reflita a respeito de sua complexidade, seu acesso e alcance. Por conseguinte, entende-se que refletir sobre a educação digital não deve limitar-se apenas ao uso das tecnologias digitais em sala de aula, todavia em analisar como é o acesso dessas e de como podem favorecer e auxiliar na fomentação da aprendizagem. Em outras palavras, conduzir o aluno ao uso das tecnologias digitais nas salas de aula acarreta não apenas empregar com destreza variadas ferramentas, mas também saber como construir elementos significativos dentro do processo.

Nesse aspecto, o estudo em andamento propõe investigar como a educação digital, em tempos de *streaming*, promove o acesso a aprendizagem da leitura literária nas aulas de Língua Portuguesa da educação pública. Objetiva-se, nesse ínterim, verificar quais as experiências que os alunos têm no processo de leitura literária a partir do uso das tecnologias digitais, com vistas a refletir se as condições de acesso a essas tecnologias favorecem ou

alargam as desigualdades sociais no tocante à leitura literária no ambiente escolar. Isto posto, buscar-se-á, ainda, examinar as possibilidades de uso das tecnologias digitais como ferramenta no ensino e aprendizagem da leitura literária, considerando as experiências que os alunos têm no processo de leitura a partir da educação digital.

À vista disso, é impossível pensar em uma educação digital sem refletir sobre a incorporação das tecnologias digitais nas aulas de Língua Portuguesa, já que é nesse ambiente que a linguagem alcançou um espaço vultuoso, como bibliotecas virtuais, sites, *blogs*, *fanfics*, *ebooks*, *WebQuest*, *streaming*, *Kindle* e outros, promovendo maior interatividade entre o leitor e a leitura. Por consequência, vários aspectos do fazer pedagógico nas aulas de Língua Portuguesa sofreram mudanças, dentre elas, a relação do aluno com a leitura literária. Assim, é importante ressaltar a necessidade de os professores saberem fazer uso, ter acesso aos recursos difundidos e estarem seguros para lidar com a conexão entre a questão tecnológica e a prática escolar, suas potencialidades e reverses.

Nessa perspectiva, um dos caminhos para que essa empreitada obtenha êxito é repensar o processo de acesso, alcance e significação que a leitura tem para os ambientes escolares. Feito isso, é imprescindível refletir sobre a aproximação da Língua Portuguesa e da leitura literária com o universo contemporâneo digital no qual professores e alunos estão imersos diariamente, buscando assim, novos contornos que suplantem as adversidades vivenciadas pela educação no âmbito dos fenômenos ocasionados pelo uso das tecnologias digitais.

Mesmo ciente dos entraves vivenciados pelos professores de Língua Portuguesa nas suas práticas de leitura literária nas salas de

aula no seu cotidiano, não se pode negar a necessidade de estimulá-la através das tecnologias digitais. Assim, para que a leitura literária faça parte desse cotidiano escolar é necessário que o texto literário seja lido e discutido conforme a realidade que se vivencia. Pensar práticas e estratégias que incitem a leitura literária na sala de aula de Língua Portuguesa pode partir de múltiplos caminhos.

Todavia, apenas utilizar os recursos tecnológicos como instrumentos da prática de leitura literária, a partir dos atributos dos alunos, pode favorecer um contato mais próximo entre o aluno e o texto, ou simplesmente ampliar as desigualdades sociais tendo em vista a realidade sociopolítica em que está inserida a educação contemporânea. Em suma, deve-se objetivar a apropriação dos métodos tecnológicos, desenvolvendo uma didática e currículo que venham permitir o domínio da tecnologia e de seus resultados.

Dessa maneira, a leitura literária no ambiente escolar não é algo simples e não tem mágica estabelecida para obter sucesso. Entretanto algo é irrefutável: torna-se imperativo refletir sobre a leitura literatura dentro desse cenário educacional tecnológico em que os alunos estão inseridos, uma vez que conforme CRUZ (2022) “o século XXI trouxe as múltiplas linguagens e suas inovações, mas esqueceu de bater na porta da escola brasileira”.

Destarte, muitas são as tecnologias apresentadas e disseminadas, porém, em sua maioria, poucas estão inseridas efetivamente na realidade dos alunos e das escolas. O cenário real em que alunos e professores vivenciam está longe dos padrões idealizados no mundo tecnológico contemporâneo. A partir de cada realidade específica, é possível encontrar, nos ambientes escolares, alunos que não sabem fazer uma pesquisa no Google, não sabem utilizar plataformas virtuais de aprendizagem, não têm acesso às ferramentas digitais e o mais corriqueiro: não têm acesso

a internet. No que concerne a esse elemento final, nem se questiona a velocidade, sinal telemático ou entrega física das conexões; mas sobretudo sua acessibilidade.

Perante esse panorama, pode-se sustentar que a educação digital se tornou, ao mesmo tempo, promessa, problema e panaceia, assim como tantas outras ideias inovadoras incorporadas à educação. As tecnologias educacionais entraram para o célebre e perverso ciclo de expectativas correlacionadas ao ensino de Língua Portuguesa, uma vez que promovem a multiplicação da informação e o surgimento de atores e de comunidades diversos; como também, segregam e discriminam quando não são asseguradas a todos.

O quadro epistemológico que ancora essa pesquisa é de natureza qualitativa e caracteriza-se fundamentalmente por privilegiar uma inter-relação da pesquisadora com a realidade, possibilitando a investigação dos fatos, compreendendo-os no contexto em que ocorrem, e processada de modo indutivo e sistemático no campo, à medida que os dados empíricos surgem. Dentro da investigação qualitativa, optou-se pela pesquisa-ação, visando unir a pesquisa à ação, por entender o conhecimento e a compreensão como parte da prática.

Espera-se, portanto, com esse estudo, contribuir com o debate sobre a nova concepção de ensino e aprendizagem da leitura literária nas aulas de Língua Portuguesa a partir educação digital em tempos de streaming.

1 EDUCAÇÃO DIGITAL: NOVOS DESAFIOS EDUCACIONAIS

O avanço tecnológico instigou várias transformações em vários segmentos culturais, sociais e políticos, desencadeando a

necessidade de inovação em vários campos da vida, especialmente no que se refere à educação, uma vez que a maior parte dos alunos, os chamados nativos digitais, chega à sala de aula trazendo um acervo midiático firmado, impondo à escola a urgência em renovar seus métodos e técnicas.

Dados de 2021 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apesar da pandemia de Covid-19 ter acelerado o acesso à internet no Brasil nos últimos dois anos, 7,28 milhões de famílias ainda permaneciam sem conexão à rede em casa até o final 2021. Os números da pesquisa apresentaram que cerca de 28,2 milhões de brasileiros de 10 anos ou mais de idade não usavam a internet (3,6 milhões deles estudantes) no ano de 2021, com os excluídos digitais representando 15,3% da população nessa faixa etária. Os dois motivos mais mencionados para essa exclusão digital foram não saber usar a internet (42,2%) e a falta de interesse (27,7%). Já 20% apontaram motivos financeiros para a falta de acesso (14,0% disseram que o acesso à rede era caro e 6,2%, que o equipamento eletrônico necessário era caro).

Segundo estudo do Instituto Locomotivas da consultoria PwC divulgado no G1.com, em março de 2022, 71% da população com mais de 16 anos não consegue usar a internet todos os dias. Esse grupo é formado principalmente por pessoas negras, que estão nas classes C, D e E, e que são menos escolarizadas. Dessa forma, confirmam que as condições de acesso à internet no Brasil, vivenciadas durante esse contexto pandêmico, ainda são bastante desiguais. A pesquisa identificou ainda que 33,9 milhões de pessoas estão desconectadas e outras 86,6 milhões não conseguem se conectar todos os dias. Os estudos ressaltam que apenas 8% dos internautas "plenamente conectados" pertencem às classes D e E, enquanto entre os "desconectados", eles representam 60%, diz o estudo, contrariando um senso comum de que todos no Brasil estão conectados.

A partir dessa premissa, questiona-se como a escola pode se tornar um ambiente de apropriação, que permite o uso das tecnologias digitais de modo mais horizontal, se nem todos possuem acesso a elas? Assim, é preciso romper com os paradigmas a respeito do uso dessas tecnologias, pois ainda que tenham grande potencial, não serão tão eficientes se não se tornarem acessíveis a todos, se novos contornos de propostas curriculares e pedagógicas não surgirem para atender as novas demandas contemporâneas da educação, ressaltando que o uso da tecnologia em sala de aula deve ser favorável ao crescimento intelectual dos alunos.

A era tecnológica já está consolidada e vem provocando um certo nível de dependência desses recursos no que se refere às diversas atividades cotidianas. Por outro lado, essa dependência pelas tecnologias digitais é ainda mais relevante pensando nas gerações que já nasceram nessa era, que desconhecem outras maneiras de experienciar situações que não sejam com a interferência de aparelhos digitais. Logo, as crianças e adolescentes sujeitos dessa modernidade digital necessitam ser orientadas a fazer bom uso dessas ferramentas e absorver criticamente as informações a qual estão expostas diariamente, pois, como afirma Moran (2013), as tecnologias são apenas suportes, entretanto, elas permitem à humanidade realizar práticas de aprendizagem de modos diferentes de como eram realizadas antes.

Em 1997 teve início o PROINFO (Programa Nacional de Tecnologia Educacional), criado pelo Ministério da Educação com o intuito de promover o uso da tecnologia como ferramenta de enriquecimento pedagógico no ensino público fundamental e médio. A partir de 2007 o Programa foi reestruturado visando promover o uso pedagógico das tecnologias nas redes públicas de educação básica. Apesar dos esforços empreendidos para tornar o

Brasil um país de educação digital, os resultados apontam para uma escala pequena e ineficiente quanto à sua abrangência, não aprofundando resultados positivos.

Nesse sentido, para garantir resultados satisfatórios por meio do uso das tecnologias na educação, vale destacar a BNCC (Base Nacional Comum Curricular), documento que assegura o uso das TICs para a inserção das práticas de leitura em sala de aula, enquanto o PCN de Língua Portuguesa (Parâmetros Curriculares Nacionais) assinala competências básicas para a tecnologia e à área de linguagens. Os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN (1998), explanam que a grande vantagem ofertada pela adoção das tecnologias é o emprego da internet na dinâmica de ensino-aprendizagem. Além disso, ressalta que a interação e utilização de textos produzidos em situações reais de comunicação sociabiliza os sujeitos, provocando ampliação no desenvolvimento do processo de aprendizagem e comportamento da língua e aumentando o contato do aluno com os saberes de todo o mundo. Segundo o documento, o propósito da aula de Língua Portuguesa versa sobre a ampliação compreensiva e significativa das várias peculiaridades que possibilitam o emprego da língua a partir dos mais variados instrumentos.

Ainda no sentido de assegurar o uso das tecnologias no ambiente escolar, no início do deste ano, o governo instituiu a Política Nacional de Educação Digital (PNED), através da LEI Nº 14.533, DE 11 DE JANEIRO DE 2023, alterando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), tendo por finalidade potencializar os padrões e incrementar os resultados das políticas públicas relacionadas ao acesso da população brasileira a recursos, ferramentas e práticas digitais, com prioridade para as populações mais vulneráveis.

No que cabe aos componentes curriculares, inúmeras inquietações surgiram quanto à aplicação de determinados conteúdos associados aos recursos tecnológicos e quais destes poderiam ser utilizados, além de como seria o alcance dos alunos. Logo, preocupações com a área de linguagem fizeram parte desse processo. No que concerne à disciplina de Língua Portuguesa nesse cenário de educação digital, vale destacar que o uso das tecnologias digitais é citado e assegurado em vários documentos, diretrizes e leis brasileiras.

Mercado (2002, p.01) assevera que o uso das tecnologias digitais na educação deve funcionar, para o ensino de Língua Portuguesa, como “ferramentas instigadoras capazes de colaborar para uma reflexão crítica, para o desenvolvimento da pesquisa, sendo facilitadoras da aprendizagem de forma permanente e autônoma”. Segundo o autor, o processo de ensino-aprendizagem deve ganhar um novo contorno através do dinamismo, inovação e poder de comunicação inusitados atribuídos aos recursos tecnológicos

Nessa direção, Pierre Lévy (1999), destaca as possibilidades metodológicas da integração da tecnologia no processo de ensino. Segundo Lévy, vive-se o começo de uma transformação cultural, onde a maneira de construir o conhecimento é colaborativa e que os professores devem imergir na cultura digital, a fim de compreender o universo dos alunos.

[...] os professores e os estudantes partilham os recursos materiais e informacionais de que dispõem. Os professores aprendem ao mesmo tempo que os estudantes e atualizam continuamente tanto seus saberes "disciplinares" como suas competências pedagógicas. A formação contínua dos professores é uma das aplicações mais evidentes dos

métodos de aprendizagem aberta e à distância. (LEVY, 1999, p. 171)

Para o autor, os professores precisam aplicar as ferramentas virtuais em benefício da educação, cultivando suas singularidades e oferecendo mais ambientes para que os alunos participem do processo de ensino-aprendizagem.

Luís Bonilla Molina (2020) ressalta a importância da educação digital para o mundo contemporâneo. Todavia, adverte sobre a ausência de uma cultura de leitura digital e corrobora a negligência na formação crítica das novas gerações. Consoante o autor, "todos os atores da ação educativa estão sendo torturados e alguns replicam a ação". Segundo ele, a educação digital surge como novo paradigma educacional e evidencia os impactos no processo de ensino-aprendizagem, afirmando que a escola pública se faz morosa quanto a adaptar-se a esse novo cenário, sendo iminente a necessidade de reestruturação no sistema educacional.

Assim, a escola para fazer cumprir sua responsabilidade social de educar e formar os novos cidadãos, os nativos digitais, precisa contar com professores que estejam dispostos a entender e a utilizar as novas ferramentas disseminadas nesse cenário tecnológico, utilizando-as a serviço de sua prática pedagógica, compreendendo-as como uma configuração peculiar de práxis, assim sendo, prática social que submerge teoria e prática, característica da ação educativa. Lembrando Freire (1991, p. 109), "praticar implica programar e avaliar a prática. E a prática de programar que se alonga na de avaliar a prática, é uma prática teórica". Portanto, entende-se que a sala de aula não é o único ambiente onde acontece a aprendizagem.

Nessa perspectiva, Nonato (2006) afiança que os alunos devem ser orientados pelos professores sobre onde e como obter conhecimento, como tratá-lo e como utilizá-lo de modo efetivo,

nesse ambiente digital. Segundo o autor, a pesquisa e a busca são elementos importantes na conexão dos alunos com o ambiente e com o conhecimento que estão adquirindo. Assim, assevera que

[...]as Novas Tecnologias são, na Educação Contemporânea, um instrumento importantíssimo, dir-se-ia mesmo imprescindível, na consecução de práticas e procedimentos didático-pedagógicos que viabilizem a inserção positiva, produtiva e atuante do cidadão na sociedade em todos os seus aspectos, mormente no mercado de trabalho. (NONATO, 2006, p.84)

Confirmando tais concepções, Moran (2015) afirma que o uso das tecnologias no ambiente escolar direciona para uma implicação positiva com relação à aquisição de uma escola com melhores conjunturas de aprendizagem, já que as inovações tecnológicas foram, em passo acelerado, integradas à sociedade. Dessarte, essa transformação alcançou os modos de como “fazer educação” e, para ele

O que a tecnologia traz hoje é integração de todos os espaços e tempos. O ensinar e aprender acontece numa interligação simbiótica, profunda, constante entre o que chamamos mundo físico e mundo digital. Não são dois mundos ou espaços, mas um espaço estendido, uma sala de aula ampliada, que se mescla, hibridiza constantemente (MORAN, 2015, p. 16).

Portanto, para Moran, a junção da educação com as tecnologias digitais colabora para o desenvolvimento de uma melhor aprendizagem, uma vez que permitem o uso de estratégias de ensino centradas na participação efetiva dos estudantes e na construção do processo de aprendizagem.

2 LEITURA LITERÁRIA E TECNOLOGIA DIGITAL: ENTRE O DIREITO E AS LIMITAÇÕES

Em seu texto *Direitos humanos e Literatura* (2011), Antonio Candido discute sobre o direito à literatura e defende que ela é um bem universal, um direito básico do ser humano, uma vez que a ficção opera no caráter e na formação dos sujeitos. Para Candido, a literatura como direito básico é conhecer e desfrutar de todos os bens culturais historicamente construídos pelo homem.

Logo, dispondo a literatura na escala de bem universal, ela não deve ser monopolizada por grupos privilegiados. A respeito, Cândido reconhece que

[...]existe a incapacidade de se produzir justiça social no âmbito dos direitos humanos, principalmente no que diz respeito à distribuição das riquezas, produzidas pela nação, também a literatura sofre do mal de, historicamente, ter sido um bem não disponível a todos Cândido (CANDIDO, 2011, p. 171).

Segundo Lajolo e Zilberman (1988), desde os anos 1970, existe uma apreensão com os baixos índices de leitura apresentados pela comunidade escolar. Entretanto, o processo de escolarização obrigatória e gratuita surge com a Constituição de 1946, quando foi assegurado o direito ao ensino primário, sendo expandido anos depois para os 14 anos, com a criação da Lei de Diretrizes e Base de 1961. Diante disso, amplia-se ainda mais a necessidade e de se discutir sobre pontos que garantam a concretização das leis que asseguram o ensino da literatura. A esse respeito, Candido (2011, p.176) afirma que: “Do ponto de vista social é preciso haver leis específicas garantindo este modo de ver”.

A respeito da necessidade de existir leis exclusivas que assegurem os direitos mínimos a existência humana, vale destacar que, no Brasil, algumas políticas e ações no campo da leitura e

literatura foram empreendidas com o desígnio de aprimorar os índices de compreensão de leitura no país a partir de 1970.

Em julho de 2018 foi instituída a Lei 13.696/18, referente à Política Nacional de Leitura e Escrita. A Lei tem como diretriz, no art. 2º, a universalização do direito ao acesso ao livro, à leitura, à escrita, à literatura e às bibliotecas. A norma perfilha a leitura e a escrita como um direito de todos e trata da criação de políticas de estímulo à leitura de modo que possibilite o exercício pleno da cidadania e agencie a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. No seu art. 3º vale a pena destacar que ela assegura o acesso ao livro e aos diversos suportes à leitura por meio de bibliotecas de acesso público, entre outros espaços de incentivo à leitura, de forma a ampliar os acervos físicos e digitais e as condições de acessibilidade. Além disso, a Base Nacional Comum Curricular, ao apresentar o ensino de Língua Portuguesa no que concerne ao ensino da literatura, aborda que a literatura e a leitura do texto literário ocupam o centro do trabalho no Ensino Fundamental e devem permanecer nuclear também no Ensino Médio (BNCC, 2017, p.499)

Já em 12 de julho de 2022 foi sancionada a Lei nº 14.407 e incluída na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB - Lei 9.394, de 1996), deliberando a leitura como prioridade e compromisso da educação básica. Entre os direitos a serem afiançados pelo Estado, está a alfabetização plena e a capacitação gradual para a leitura durante a educação básica como condições fundamentais no sentido da efetivação dos direitos e objetivos de aprendizagem e o desenvolvimento dos indivíduos.

Nesse entendimento, o que esperar da leitura literária em tempo de educação digital nas aulas de Língua Portuguesa? É possível que as repostas sejam sobre a ideia do leitor crítico, hábil

e autônomo, capaz de “ler o mundo”, lembrado por Freire (1989). Nesse sentido, “ler o mundo” implica ler a tecnologia, seus códigos, significados e possibilidades. Assim, o desafio de dialogar com as novas tecnologias digitais, promovendo a interação entre os alunos e esses meios para fins de aprendizagem da leitura literária, torna-se imperioso, já que os alunos da educação básica estão inseridos na cultura digital.

À luz do exposto, incentivar o acesso à leitura por meio das tecnologias é oportunizar a abertura de um novo olhar para o trabalho com a leitura literária nas aulas de Língua Portuguesa, por conseguinte, a formação do leitor crítico, princípio fundamental na construção de uma sociedade mais justa e consciente. Para Cosson (2012), o professor deve adaptar sua prática pedagógica de através de várias estratégias metodológicas a serem aplicadas em sala de aula. Ressalta ainda que o professor, como mediador, deve adotar atividades leitoras diversificadas e motivadoras em suas ações para instigar a leitura literária por seus alunos. Assim, por meio da leitura literária, pode-se envolver os alunos em debates sobre culturas, valores e ideologias; de forma que auxiliem a compreender e construir relações entre as informações e seus contextos, formando sujeitos críticos e conscientes.

As inovações tecnológicas instigaram muito o universo da leitura literária, fazendo advir novos tipos de leitores. Santaella (2014) destaca a eclosão do leitor do ambiente virtual, ou leitor ubíquo:

[...] o leitor ubíquo herdou a capacidade de ler e transitar entre formas, volumes, massas, interações de forças, movimentos, direções, traços, cores, luzes que se acendem e se apagam, enfim esse leitor cujo organismo mudou de marcha, sincronizando-se ao nomadismo próprio da aceleração e burburinho do mundo no qual circula em carros, transportes coletivos e velozmente a pé. Ao mesmo

tempo em que está corporalmente presente, perambulando e circulando pelos ambientes físicos – casa, trabalho, ruas, parques, avenidas, estradas – lendo os sinais e signos que esses ambientes emitem sem interrupção, esse leitor movente, sem necessidade de mudar de marcha ou de lugar, é também um leitor imersivo. Ao leve toque do seu dedo no celular, em quaisquer circunstâncias, ele pode penetrar no ciberespaço informacional, assim como pode conversar silenciosamente com alguém ou com um grupo de pessoas a vinte centímetros ou a continentes de distância. (SANTAELLA, 2014, p. 35)

Ao perceber esse novo perfil cognitivo do leitor ubíquo, entende-se também a complexidade que é dar conta de sujeitos que leem e aprendem de várias formas, que estão imersos diariamente e constantemente a um mundo tecnológico.

Portanto, a leitura literária a partir de ferramentas tecnológicas nos ambientes escolares, em especial nas aulas de Língua Portuguesa, aciona alguns mecanismos que podem se tornar obstáculos para um aluno que não dispõe de acesso à internet e à tecnologia, habilidades com ferramentas virtuais ou até mesmo questões sociogeográficas que acabam afastando ou desestimulando o aluno ao contato com a leitura literária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em tempos em que a tecnologia digital é a variante predominante da modernidade, entende-se que o desafio em torno da formação de leitores literários nas aulas de Língua Portuguesa, por meio das tecnologias digitais, trilha caminhos díspares, exigindo políticas públicas colocadas efetivamente em prática, professores preparados para fazer uso com destreza dos

suportes tecnológicos, além de alunos com pleno acesso à internet e à tecnologia.

É necessário discutir e colocar em destaque o fato da exclusão de acesso. A desigualdade no acesso à Internet e ao uso das tecnologias digitais nos ambientes escolares brasileiros denomina-se exclusão digital e afeta grande parte das escolas públicas brasileiras. Esta vala torna-se ainda maior quando se especifica determinadas regiões do país.

Em vista disso, torna-se indispensável refletir a respeito de uma nova concepção de aprendizagem da leitura literária a partir do uso de recursos digitais, conferindo a ela a importância e relevância na formação escolar e cultural dos alunos, salientando a necessidade de adaptação para atender às demandas sociais e culturais da educação digital, respeitando e fazendo cumprir as políticas que asseguram esse direito.

Dessa forma, evidencia-se que a literatura deve chegar aos menos privilegiados de forma justa, garantindo uma distribuição equitativa e edificadora. Logo, é primordial que a sociedade lute e exija o cumprimento de políticas públicas que garantam a literatura como direito fundamental da educação.

Posto isso, pensar práticas e estratégias que incitem a leitura literária na sala de aula de Língua Portuguesa torna-se ainda mais desafiador, uma vez que se torna essencial refletir a respeito do acesso e do uso das tecnologias digitais pelos alunos, dadas as características dos alunos atuais. Não se pode deixar de advertir que o uso de tais ferramentas, mesmo que largamente disseminadas pelo mundo, pensadas fora do ambiente educacional, ainda representa uma abordagem elitista, visto que, devido ao custo, muitos alunos e unidades escolares não podem fazer uso como se espera, ou como é alardeado pelo mundo, pelas leis e pela sociedade. Frente a isso, vale ressaltar que a realidade

das escolas públicas brasileiras, com raras exceções, é de não possuir, portanto, não disponibilizar ferramentas digitais necessárias às práticas pedagógicas de leitura e asseveradas por lei.

Doravante, espera-se contribuir para ampliar o debate sobre como a educação digital em tempos de *streaming* tem promovido o acesso à leitura literária nas aulas de Língua Portuguesa, debatendo sobre a amplitude do uso das tecnologias na educação, bem como responder se as condições de acesso às tecnologias digitais favorecem ou alargaram as desigualdades sociais no tocante ao acesso à leitura.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996. BRASIL.
- BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Língua Portuguesa. Ensino Fundamental. Terceiro e quarto ciclos. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- CANDIDO, Antonio. Vários escritos. 5. ed. São Paulo: Duas Cidades, 2011.
- COSSON, Rildo. Letramento Literário: teoria e prática. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.
- CRUZ, Maria de Fátima Berenice da. Educação literária e desafios digitais: dilemas da BNCC. Fórum Linguístico, Florianópolis, s, v. 18, n. 2, p. 6233-6246, abri. /jun. 2021.
- CRUZ, Maria de Fátima Berenice da. Leitura Literária na Escola – desafios e perspectivas de um leitor. Salvador: EDUNEB, 2012.
- FREIRE, Paulo. A importância do Ato de Ler: em três artigos que se completam. São Paulo: Autores Associados. Cortez, 1989.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 43. ed., São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- LÉVY, Pierre. O que é o virtual. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Ed. 34, 1999.

MERCADO, L. P. L. A internet como ambiente auxiliar do professor no processo ensino-aprendizagem. In: Conferência Internacional sobre Educación, Formación y Nuevas Tecnologías y e-Learning, 2002, Sevilla, Espanha. Actas de Virtual Educa 2002. Sevilla - Espanha: Virtual Educa 2002, v. 1, p. 1-12, 2002.

MORAN, José Manuel. A Educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá. Campinas, SP: Papirus, 2011.

MORAN, José Manuel. Mudando a educação com metodologias ativas. In: SOUZA, Carlos Alberto de; MORALES, Ofelia Elisa Torres (orgs.). Convergências Midiáticas, Educação e Cidadania: aproximações jovens (Coleção Mídias Contemporâneas, Volume II). PG: Foca Foto-PROEX/UEPG, 2015.

MOLINA, Luís Bonilla. Educação, escolaridade e revoluções industriais. Tradução de Roberto Mansilla. 2020. Disponível em: <<https://luisbonillamolina.wordpress.com/2020/08/25/educacao-escolaridade-e-revolucoes-industriais/>> Acesso em: 21/10/2021.

MOLINA, Luís Bonilla. Os desaparecidos e torturados pelo modelo global de educação. Tradução de João Francisco Migliari Branco. 21 Jul de 2020. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/600918-os-desaparecidos-e-torturados-pelo-modelo-global-de-educacao-em-casa>> Acesso em: 21/10/2021.

NONATO, Emanuel do R. S. Novas tecnologias, educação e contemporaneidade. Práxis Educativa, Ponta Grossa, PR, v. 1, n. 1, p. 77-86, jan./ jun. 2006.

SANTAELLA, Lucia. Comunicação ubíqua. Repercussões na cultura e na educação. São Paulo: Paulus, 2014.

ZILBERMAN, R. A escola e a leitura de literatura. In: ZILBERMAN, R.; RÖSING, T. M. K. (Org.). Escola e leitura: velha crise, novas alternativas. São Paulo: Global, 2009. p. 17-39.

